



Número: **5001394-72.2021.8.13.0166**

Classe: **[CÍVEL] PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Cláudio**

Última distribuição : **08/10/2021**

Valor da causa: **R\$ 500.000,00**

Processo referência: **50008719420208130166**

Assuntos: **Sociedade, Apuração de haveres, Dissolução**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
JULIANO PORTO ALVARENGA (AUTOR)	
	RENATO BATISTA NOGUEIRA (ADVOGADO)
DAVID GOMES DA SILVA (AUTOR)	
	RENATO BATISTA NOGUEIRA (ADVOGADO)
PATRICK MACIEL DE OLIVEIRA (AUTOR)	
	RENATO BATISTA NOGUEIRA (ADVOGADO)
NYTRO NET TELECOMUNICACOES EIRELI (AUTOR)	
	RENATO BATISTA NOGUEIRA (ADVOGADO)
WI - MAX INTERNET LTDA - ME (RÉU/RÉ)	
GUILHERME ANTONIO PEREIRA ROCHA (RÉU/RÉ)	

Outros participantes	
TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
8650923141	03/03/2022 17:25	INICIAL DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE - PDF 1	PETIÇÃO INICIAL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CLÁUDIO – MINAS GERAIS.**

Distribuir por conexão aos autos: 5000871-94.2020.8.13.0166

NYTRO NET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.445.230/0001-01, com sede na Praça Levy Vitoi de Freitas, n.º 29, Sala 202, Centro, Cláudio/MG, CEP: 35.530-000, com o ato constitutivo devidamente arquivado na JUCEMG sob o n.º 316.0090595-6 em 20/02/2020, na cidade de Cláudio/MG, **PATRICK MACIEL DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, do comércio, nascido aos 19/03/1999, portador da RG: MG-19.184.156 - SSP/MG e do CPF: 137.278.456-00, residente e domiciliado na Avenida Flora, n.º 485, Bairro Vila Romana, Divinópolis/MG, CEP: 35.500-405. **DAVID GOMES DA SILVA**, brasileiro, casado, analista de sistema e empresário, data de nascimento 31/12/1982, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas n.º 051.377.606-09 e da Cédula de Identidade 11.440.493 – SSP/MG, filho de Geraldo Jorge da Silva e de Marlene Aparecida Gomes da Silva, residente e domiciliado à Rua Paraíso, n.º. 520 Cs, Bairro Jardim Itália, nesta cidade e comarca de Cláudio/MG, CEP: 35.530-000 e **JULIANO PORTO ALVARENGA**, brasileiro, divorciado, empresário, nascido aos 07/11/1978, portador do RG 8.553.453 - SSP/MG e do CPF 035.092.176-83, residente e domiciliado na Rua Oscar Pereira Barbosa, n.º 140, Bairro Pôr do Sol, Campo Belo/MG, CEP: 37.270-000, todos com endereço eletrônico:



rbnadvocacia@hotmail.com, por seu procurador signatário, nos termos do incluso instrumento de mandato, o qual recebe intimações no endereço profissional sito a Praça Levi Vitoy de Freitas, 29, SL. 101-102, Centro, Cláudio – MG, CEP: 35.530-000, vêm, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor:

**AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO C/C DISSOLUÇÃO E
APURAÇÃO DE HAVERES E DEVERES COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE
URGÊNCIA**

em face de **GUILHERME ANTÔNIO PEREIRA ROCHA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF/MF sob o nº 015.375.056-10 e RG nº MG 115.100-12, residente e domiciliado à Rua Panamá, nº 151, bairro Novo Mundo, na cidade de Claudio/MG, CEP: 35.530-000 e **WI-MAX INTERNET EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 12.332.948/0001-23, estabelecida na Praça dos Ex-Combatentes, nº 8 - sala 11, CEP: 35.530-000 Cláudio, MG, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

DOS FATOS

Em janeiro de 2020 as partes iniciaram as conversas para criação da sociedade entre Juliano, David e Guilherme. Naquela oportunidade ficou acertado que os dois primeiros iriam analisar a empresa de Guilherme (segunda Requerida), para viabilidade da constituição de uma nova empresa onde os três seriam sócios, conforme prints das conversas anexas.

Guilherme abriu os dados da empresa para que fossem analisados, quando foi encontrada uma empresa muito endividada, sem fluxo de caixa, com saldo negativo na conta bancária, utilizando todo limite do cheque especial há vários meses (R\$ 10.00,00), dez mil reais negativos.



A segunda Requerida tinha um faturamento em torno de R\$49.000,00 (quarenta e nove mil reais) mensais, que mal cobriam as despesas e a retirada de Guilherme. Ou seja, era uma empresa a beira da falência.

Apesar dos indicadores negativos da empresa, os Requerentes David e Juliano visualizaram muitas possibilidades de crescimento devido a deficiência do setor nesta cidade e, por isso, decidiram constituir a sociedade denominada NYTRO NET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI, eis que a segunda Requerida não tinha mais condições de operar.

Diante da criação da empresa Nytro Net a segunda Requerida deveria ser baixada tão logo fosse feita a migração dos dados e feita a alteração contratual para tornar o contrato social definitivo em nome dos três sócios (Guilherme, David e Juliano).

Assim, para possibilitar o empreendimento, ficou pactuado que primeiro Requerido entraria na sociedade como Responsável Técnico (RT) e comercial, enquanto a segunda Requerida com sua carteira de clientes e estrutura existente.

Inclusive, junta-se nesta oportunidade o termo de responsabilidade técnica da Nytro, onde Guilherme consta como RT.

Em contrapartida os Requerentes David e Juliano entrariam com recursos financeiros, credibilidade no mercado, expertises em gestão, sistema de gerenciamento, controle e administração e desenvolvimento de novas redes para expansão dos negócios e faturamento da sociedade, em especial a criação de uma estrutura rural para exploração da internet rural e nos vários condomínios existentes na barragem e beira do rio.



Diante da impossibilidade momentânea de se abrir a empresa em nome de David, Juliano e Guilherme, optou-se por abrir a primeira Requerente em nome do segundo Requerente, mas o mesmo não teria nenhuma participação na gestão da mesma e, se o negócio desse certo, ele ganharia uma participação nos lucros e lhe seria repassadas algumas cotas da sociedade, cujo montante seria definido no futuro, dependendo do desempenho da empresa no mercado.

Com isso, a princípio, cada sócio (David, Juliano e Guilherme), teria 33,33333% das cotas da sociedade, conforme resta comprovado através da vasta documentação e print's de conversas em anexo.

A carteira de clientes e a estrutura da segunda Requerida foram avaliadas naquela época em R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), o que equivalia a 10 vezes o valor do faturamento mensal (regra comum usada), que era de R\$49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais), conforme planilha de relatórios e dados em anexo.

Naquela época os Requeridos possuíam um passivo aproximado de R\$200.000,00, conforme planilha de relatórios anexados, cujos pagamentos foram efetivados por David, Juliano e pela nova sociedade.

Assim, ficou acertado que ao término das quitações dos passivos e dos investimentos destinados à expansão da nova empresa (Nytro Net), seria feito o levantamento de quanto foi pago e investido, abater-se-ia o valor das cotas do senhor Guilherme e, o terceiro e quarto Requerente complementariam o restante para atingir o valor das cotas, se o caso.



Tudo acertado verbalmente, em 20/02/2020 a primeira Requerente foi criada com um capital social de R\$104.500,000 (cento e quatro mil e quinhentos reais), conforme contrato social já anexado.

Em 18/04/2020 a primeira Requerente recebeu o primeiro backup dos dados do sistema da primeira Requerida para dar início à migração para o sistema daquela.

Inclusive, conforme se pode ver dos contratos de prestação de serviços de internet anexos, os contratos eram em nome da Wi-Max, mas os pagamentos eram direcionados para a conta bancária da Nytro.

Além disso, junta-se recibo de entrega de EPI em nome da Nytro para funcionários da Wi-Max, bem como pedidos em nome desta e nota fiscal emitida em nome daquela e, ainda, contratos e outros vários documentos que comprovam a sociedade e fusão da Nytro com a Wi-Max, inclusive assinados pela esposa de Guilherme, suas filhas e funcionários até então registrados na Wi-Max.

Também, junta-se o recibo de pró-labore assinado por Guilherme recebendo da Nytro parte de sua retirada, bem como comprovante de pagamento de boleto em nome de Guilherme pago pela Nytro.

Ainda, instrui-se a presente com contratos em nome da Nytro com cobrança Nytro em papel timbrado da Wi-Max, bem como comprovantes de pagamento de funcionário da Wi-Max através de holerite em nome da Nytro e ordem de serviço com assinatura do mesmo funcionário.



Finalizada a migração de dados, na data de 07/05/2020 as partes determinaram a contabilidade que procedesse com a lavratura da alteração do contrato social da primeira Requerente para fazer constar as partes no referido contrato, bem como proceder com a alteração de Eireli para Ltda, conforme se vê do termo anexo.

Porém, cabe frisar que referido termo de alteração contratual não foi assinado, pois, toda vez que se pedia Guilherme para assiná-lo, o mesmo apresentava uma desculpa, cuja finalidade, agora se sabe, que era para ganhar tempo e, com isso conseguir seu intento de fazer com que os Requerentes pagassem suas dívidas e da segunda Requerida e, depois que a empresa estivesse boa de saúde financeira, tomá-la para si, o que acabou acontecendo.

Para possibilitar os investimentos e executar os projetos de ampliação da rede pertencente à sociedade (Internet rural e internet urbana), na data de 22/05/2020 a primeira, o terceiro e quarto Requerentes tomaram emprestado junto ao Sicoob/Copermec a quantia de **R\$617.827,87** (seiscentos e dezessete mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), onde o terceiro Requerente, sua esposa Gisele e sua outra empresa de nome LD Telecomunicações, figuram como avalistas, conforme se vê da cédula de crédito bancária nº 428167 em anexo.

A finalidade do empréstimo foi para investimentos na empresa criada pela sociedade das partes, dos quais R\$150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), deveriam ser gastos em projetos iniciais (Quintas do Lago, Veredas do Lago, melhoria de torres, melhoria de link, estabilidade da rede da segunda Requerida, aquisição de estoque, compra de veículo, dentre outros imprescindíveis para possibilitar o crescimento e competitividade da empresa) e outros R\$450.000,00 (quatrocentos e



cinquenta mil reais), após a conclusão em um projeto muito maior (que seria fibrar toda a cidade de Cláudio e mais duas regiões rurais).

Assim, os Requerentes adquiriram um veículo Fiat uno no valor de R\$18.000,00, fibra óptica no valor de R\$55.000,00, caminhonete R\$35.000,00, as ONU'S R\$27.500,00, material fornecido pelo terceiro Requerente no valor de R\$119.317,00, torre fornecida pelo David R\$35.000,00 e material de fibra fornecido por David R\$13.955,00 e R\$5.000,00 emprestado por David ao primeiro Requerido, o que só de investimento direto totaliza a quantia de **R\$308.772,00**, conforme se vê do relatório já anexado.

Ainda, os Requerentes chegaram a pagar **R\$115.482,09** de débitos dos Requeridos, inclusive, alguns débitos pessoais do primeiro, conforme comprovantes e relatórios anexos.

Inclusive, na data de 29/05/2020 Os Requerentes foram obrigados a quitar uma dívida com o Sr Ronaldo de Almeida, quer era um consultor do primeiro Requerido, sendo que a dívida perante tal profissional, informada inicialmente por Guilherme seria no máximo R\$40.000,00 (quarenta mil reais), mas foi apresentado um débito de **R\$67.500,00** (sessenta e sete mil e quinhentos reais).

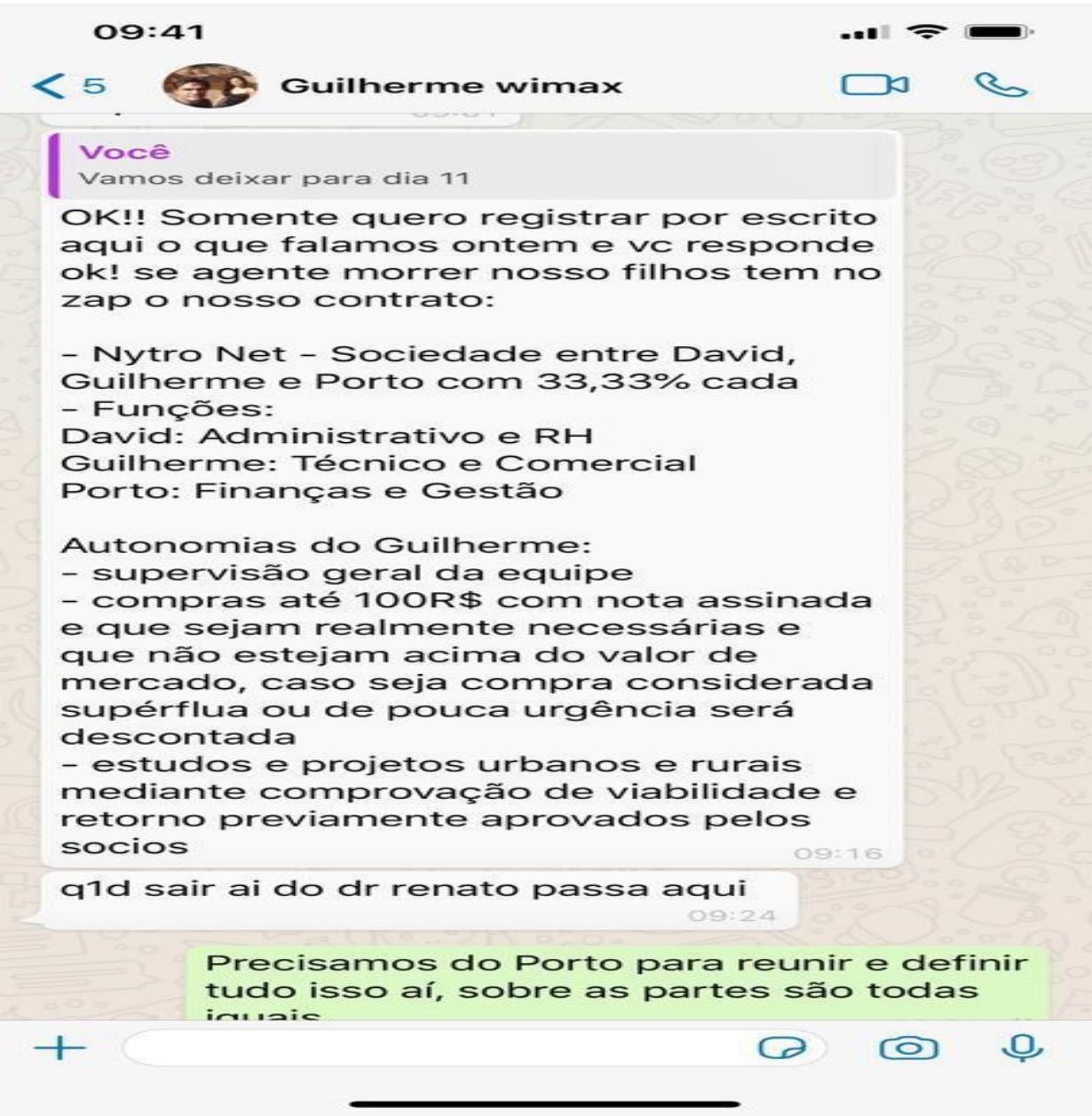
Houve negociação por parte da primeira Requerente com o senhor Ronaldo de Almeida, onde foi concedido um desconto de R\$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), tendo-lhe sido pago **R\$50.000,00** (cinquenta mil reais), conforme termo de negociação anexo, **donde se extrai que a devedora era a segunda Requerida Wi-Max.**

Aqui cabe um parêntese para dizer que há indícios de que houve toda uma arquitetura de um plano maquiavélico entabulado por Guilherme e Ronaldo para lesarem os Requerentes, pois, logo após receber



tal quantia, Ronaldo simplesmente não foi mais visto, porém, quando Guilherme resolveu tomar a empresa para si, do nada aparece Ronaldo se apresentando como consultor de Guilherme e da Wi-Max, sem qualquer conhecimento dos Requerentes.

No início da sociedade ficou definido que Juliano ficaria responsável pela parte gestão e finanças, David pela administração e RH e Guilherme pela parte comercial e técnica, conforme print da conversa entre primeiro Requerido e o quarto Requerente, ora colacionado:



Naquela oportunidade também ficou combinado que cada um dos sócios (Guilherme, David e Juliano), teria direito de uma retirada mensal no valor de **R\$ 6.000,00** (valor informado por Guilherme como necessário para suprir suas necessidades pessoais), o que foi de consenso de todos. Porém, considerando que no início seria impossível que todos os sócios fizessem tal retirada, pois comprometeria a saúde financeira da empresa, os sócios Juliano e David não fariam retirada (uma vez que possuíam outras fontes de rendas), de modo que essa retirada iria se acumular e em momento futuro, quando a empresa já estivesse fortalecida e com condições de proporcionar essas retiradas, aí sim seriam feitas ou abatido no valor das cotas que os mesmos deveriam pagar para Guilherme.

Por sua vez o primeiro Requerido fazia suas retiradas mensais, conforme se vê do recibo já anexado.

Vale frisar que os demais recibos não foram encontrados e, como os Requerentes não possuem mais acesso as dependências da segunda Requerida, impossível reavê-los.

Voltando para a linha do tempo dos fatos, a cada dia que passava aparecia mais dívidas da empresa Wi-Max (que não tinham sido informadas da existência e não havia registro no sistema). Motivo que gerou grande estresse e criação de um modelo de compras, restringindo o poder do “sócio Guilherme” em sair comprando sem prévia autorização dos demais.

Vale ressaltar também que o combinado foi que após a migração dos dados da Wi-Max para a Nytro Net, àquela deveria ser extinta e seu CNPJ baixado, pois nada mais envolveria referida empresa, o que não ocorreu e, com isso possibilitou que Guilherme executasse a migração dos



dados para a mesma, esvaziando a primeira Requerente que se viu impossibilitada de operar.

Após a regularização das finanças da segunda Requerida, o processo de migração de dados concluído, Guilherme, além de se recusar sem fundamento a assinar a alteração contratual pronta desde 07/05/2020, começou a provocar brigas sem um mínimo de fundamentos, o que posteriormente se entendeu que era justamente a execução do plano de tomada da empresa enxuta para a segunda Requerida, pois, do nada o mesmo iniciava conflitos propositais na sociedade.

Cita-se como exemplo quando Guilherme, ao contrário do que havia sido combinado quando da criação da primeira Requerente, começou a dizer que não aceitava ter que pedir autorização para fazer compras, ele queria ter autonomia para fazer o que quisesse, o que, por óbvio, sabia que não seria aceito pelos demais.

Posteriormente, a companheira de Guilherme, de nome Reysla, (até então responsável pelo financeiro), tirou férias, tendo sido substituída pela nova funcionária de nome Mallu, recomendada e elogiada por Guilherme e Reysla. Nesta oportunidade Reysla pediu que Guilherme fosse liberado para lhe acompanhar e também cuidasse da saúde (Guilherme estava tendo problema de saúde nessa época e tinha recomendação de repouso), no que houve concordância e o mesmo saiu de férias por 15 dias das férias juntamente com Reyla. Inclusive, o mesmo utilizou o carro da empresa (Fiat Uno placa OPJ-6898 – Doc. anexo), para fazer uma viagem, o que não havia sido autorizado.

Ao término das férias de Reyla e Guilherme, a irmã dele foi testada positiva para covid-19. Então, seguindo recomendações sanitárias,



Reysla e Guilherme ficaram em *home Office* em casa pelo período estabelecido pelas Autoridades de saúde.

Durante o período de afastamento de Reyla e Guilherme, tudo o que foi feito pela nova funcionária (Mallu) contribuiu para o crescimento da empresa, o que fez com que ela fosse mantida no cargo. Então, Guilherme e Reysla passaram a atacar Mallu, até então indicada e elogiada por eles, gerando muito desgaste psicológico da referida funcionária. Ameaças e gritos eram só algumas das coisas que aconteciam, o que acabou fazendo com que Mallu pedisse demissão da empresa.

Em outra oportunidade, Guilherme gritou, brigou e ameaçou verbalmente o funcionário Elvis, em virtude deste ter, a pedido da empresa, pegado o veículo (da empresa), mas que Guilherme havia "apropriado" como sendo dele, e estava mantendo ele guardado em um estacionamento. Ou seja, brigas propositais e sem nexos.

Com o pedido de demissão de Mallu a responsabilidade do financeiro passou para a filha de Guilherme, de nome Sanya, que também passou a sofrer muita pressão psicológica do mesmo, e a mesma veio a se afastar também da empresa, **porém, quando Sanya se afastou, Guilherme já havia conseguido para si a administração da empresa, mas, ainda permitia o acesso aos demais sócios e funcionários ao sistema.**

Em 24/08/2020 o Sr. Guilherme simplesmente envia um e-mail informando que não queria mais a sociedade e que estaria assumindo a empresa sozinho a partir daquele momento, conforme documento anexo.

Naquela oportunidade os Requerentes descobriram que Guilherme já havia retirado o acesso dos mesmos do sistema e transferido todo o faturamento da Nytro Net para a conta bancária da Wi-Max, da qual



eles não tinham acesso. Ou seja, tirou todas as permissões dos demais sócios do sistema e passou a administrar tudo sozinho, o que permanece até os dias atuais.

Vale frisar que, os Requerentes, acreditando no intuito de resolver a situação amigavelmente, foi marcada uma reunião para **27/08/2020**, no escritório deste Subscritor, onde contou com a participação de Juliano, Guilherme, Ronaldo Almeida e do advogado das Requeridas, Dr. Adaid.

Veja-se que do nada o senhor Ronaldo reaparece se intitulando como consultor de Guilherme e da Wi-max, o que causou enorme espanto nos Requerentes e fez com que passassem a suspeitar que caíram numa armadilha quando aceitaram a sociedade e quando quitaram o débito com Ronaldo, infelizmente!

Na referida reunião, após muita conversa e pouca resolução, foi acertado que tão logo Juliano repassasse os números financeiros para Ronaldo, em 5 (cinco) dias ele e David seriam pagos por suas cotas sociais de acordo com o valor atual da empresa, consequentemente a empresa ficaria somente para Guilherme.

Porém, mal sabiam os Requerentes, que, na verdade, o intuito dos Requeridos era somente ganhar tempo para conseguirem terminar a migração de dados para a segunda Requerida Wi-Max

Inclusive, Excelência, para dar ar de lisura aos atos praticados pelos Requeridos, naquela reunião (27/08/2020), foi criado um grupo de whatsapp denominado “RS-WiMax/Nytro-Dissolução”, com intuito de que todas as decisões até formalização da dissolução da sociedade fossem tomadas por ali com o consentimento das partes, mas isso não ocorreu em



nenhum momento, conforme se pode verificar através de singela leitura dos print's das várias conversas ora anexadas.

Cabe aqui dizer que Juliano fez todo levantamento do faturamento e das pendências para apresentar na reunião, conforme comprovantes anexos.

Tal afirmativa se deve ao fato de que mesmo após ter sido enviado um relatório do próprio sistema mostrando todos os valores pagos, copia de extratos do banco, e um resumo dos valores, nenhuma proposta concreta foi apresentada, apenas argumentos alienígenas e protelatórios.

Inclusive, em **03/09/2020** Juliano envia um e-mail para Guilherme cobrando uma posição em relação ao pagamento, bem como sobre os atos arbitrários que estavam sendo praticados por ele, conforme e-mail anexo.

Porém, ao invés de pagar os sócios David e Juliano pelas suas cotas, conforme o combinado na reunião do dia 27/08/2020, para arrematar a estratégia macabra, na data de **19/09/2020** o Requerido Guilherme solicita a lavratura do Boletim de Ocorrência Militar nº 2020-045398374-001 (Cópia anexa), alegando o desaparecimento de vários documentos de dentro das dependências da empresa, inclusive, no preâmbulo do histórico do referido documento ele afirma:

"que nessa data, quando a senhora Larissa Lopes Braga, funcionária da empresa do declarante, empresa provedora de internet, denominada wimax, a qual trabalha nas dependências da empresa provedora de internet, denominada nytrone!, endereço supracitado..."



Lembra-se de que acima foi dito que ele provocava brigas do nada, pois é, a lavratura desse BO foi só mais uma.

Porém, importante ressaltar que nesse BO também o primeiro Requerido reconhece a sociedade.

Vale frisar que a maioria dos documentos comprobatórios da sociedade se encontrava em poder de Guilherme e Reyla, dentro do escritório da Nytro Net, o que, salvo engano, leva a concluir que o desaparecimento dos mesmos seria favorável para o primeiro Requerido, eis que dificultaria a vida de seus sócios, como de fato dificultou.

Esse é o motivo da falta de muitos documentos para instruir a presente ação.

Já na data de **21/09/2020** os Requerentes foram alertados pelo ex-funcionário da empresa (Elvis), de que Ronaldo e Guilherme estariam nas dependências da empresa alterando a senha de acesso Full e que somente Guilherme o teria desde àquele momento, bem como que Guilherme, Ronaldo de alguns outros homens teria retirado alguns esticadores e um Rack, o que gerou a lavratura do Boletim de Ocorrência nº 2020-045805583-001, cuja cópia segue anexa.

Em **22/09/2020** Guilherme acabou de redirecionar via sistema, todo administrativo e faturamento da primeira Requerente para a Wi-max e fez a migração do Datacenter (fibra ótica e rádio digital para a sala da Wi-Max, localizada na praça dos Ex-combatentes, 08 sala 11 - centro, em Cláudio-MG), além de retirar alguns equipamentos do interior da empresa Nytronet, tais como 01 rack indoor, 12 sacos de esticadores e 30m de cabo RGC233 que foram depositados na sala da Wi-Max, e em data pretérita, 02



retificadoras e 02 inversores, o que gerou a lavratura do Boletim de Ocorrência nº 2020-045887021-001, cuja cópia segue anexa.

Vale mais uma vez chamar a atenção para a fala do senhor Guilherme ao ser abordado pelos policiais militares, pois, ele disse: **“QUE DAVID AOS GRITOS AINDA FICAVA ACUSANDO GUILHERME, REYSLA, LARISSA E SANYA (QUE SÃO FUNCIONÁRIAS REGISTRADAS PELA EMPRESA WI-MAX E QUE TRABALHAVAM DENTRO DA EMPRESA NYTRONET), DE ESTAREM INVADINDO AS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA NYTRONET, SENDO QUE DESDE O INICIO DE AGOSTO DE 2020 TRABALHAM NESTE LOCAL, QUE DAVID SE MANTEVE EXTREMAMENTE ALTERADO...”** Grifo nosso.

Portanto, mais uma vez a fala de Guilherme não deixa nenhuma dúvida de que a empresa se tornou uma só, o que, inarredavelmente faz concluir que ele, maliciosamente, simplesmente a levou consigo sem nada pagar para os demais sócios.

Ou seja, enquanto David e Juliano lutavam para fazer com que a sociedade prosperasse, do outro lado Guilherme desenvolvia seu plano de retomar toda administração e controle para a segunda Requerida quando tudo estivesse estabilizado. Foi justamente isso que aconteceu, pois quando os Requerentes perceberam toda armadilha, já era tarde demais, pois, tudo havia sido redirecionado para a Wi-Max, esvaziando totalmente a Nytro Net, sem acesso aos demais sócios e sem prestação de contas ou pagamento das despesas e do financiamento firmado perante o Sicoob.

Cabe frisar que no dia em que a administração e faturamento da primeira Requerente foi redirecionada para a segunda Requerida, a mesma já estava faturando R\$ 76.312,94 (setenta e seis mil, trezentos e doze reais e noventa e quatro centavos), ou seja, deu um salto no faturamento de



R\$49.300,00 para R\$ 76.312,94, conforme relatório já anexado, o que significa um implemento de mais de 50% do faturamento no início da sociedade.

Assim, aplicando a mesma regra de quando se iniciou a sociedade, o valor de mercado da empresa quando Guilherme a tomou dos Requerentes era de R\$750.000,00.

Com isso, do dia para a noite os Requerentes simplesmente não tiveram mais nenhum acesso ao sistema, conforme bem retratam os boletins de ocorrências anexados.

Vale ressaltar que o administrador da empresa era o quarto Requerente, porém, o primeiro Requerido juntamente com seu advogado obrigaram o funcionário Elvis, mediante ameaças, a lhe passar a senha de acesso Full, conforme print da conversa anexa, o que possibilitou o mesmo se tornar o único administrador, conseqüentemente, o redirecionamento até das contas bancárias.

Conforme comprovantes anexados, os recebimentos eram feitos através da conta bancária da Nytro Net, porém, os Requeridos fizeram o redirecionamento no sistema para a conta bancária da segunda Requerida.

Cabe frisar que, quando Guilherme tomou para si a empresa, já se havia quitado praticamente todas as dívidas dos Requeridos, feitos vários investimentos em infraestrutura, divulgação, ampliação de rede, dentre outros. Ou seja, foi um verdadeiro golpe de mestre, pois quando se iniciou a sociedade a empresa Wi-Max estava praticamente quebrada e quando ele resolveu unilateralmente findar a sociedade, a mesma empresa não tinha mais dívidas e toda reformulada e competitiva no mercado, em



especial, uma estrutura toda montada para atender a zona rural, o que não existia até então.

Para arrematar a façanha, mesmo assumindo toda a receita da sociedade/empresa para si, o Sr. Guilherme mandava os cobradores bater as portas dos Requerentes para cobrar notinhas e obrigações fiscais enviadas pelo Contador da empresa, cita-se como exemplo FGTS, conforme comprovantes anexos.

Também, na data de **27/09/2020** os Requeridos tiveram a audácia de interpor a ação cautelar preparatória nº 5000871-94.2020.8.13.0166, conforme cópia anexa, fazendo absurdas alegações de que os Requerentes teriam retirados equipamentos do interior da empresa, quando, na verdade, foram eles quem retiraram e se apropriaram de toda estrutura da empresa Nytro Net.

Mesmo após interpor a ação cautelar preparatória, na data 10/12/2020 o Requerido solicitou o extrato analítico de todas as contas pagas, sob o argumento de que estava trabalhando com seu advogado para resolver a situação, no que foi devidamente atendido, tendo o relatório sido fornecido, cuja cópia segue anexa.

Após três dias daquela solicitação, mais precisamente no dia 13/11/2020 o Requerido enviou um e-mail contendo o relatório de clientes que solicitaram o cancelamento do contrato, conforme documento anexo, cuja finalidade era demonstrar que a empresa não possuía o valor de mercado que os Autores afirmavam, qual seja, dez vezes o faturamento.

Ao contestar referida ação os Requerentes apresentaram pedido reconvenicional no sentido de Vossa Excelência autorizasse a indicação de um administrador para trabalhar dentro da empresa Wi-



Max/Nytro Net e administrá-la conjuntamente com o sócio Guilherme, ou, que Vossa Excelência indicasse um administrador judicial da totalidade da empresa até o deslinde da demanda, as expensas da sociedade ou, alternativamente, que fosse determinado que cada sócio administrasse sua cota parte da carteira de clientes, ou seja, 33% (trinta e três por cento) para cada, usando-se a rede e estrutura existente, cuja divisão deveria se dar através de sorteio na cumbuca, supervisionado pelos Oficiais de Justiça que Vossa Excelência designasse, até que a situação fosse resolvida definitivamente.

Porém, utilizando-se de uma expertise processual admirável, os Requeridos simplesmente não interpuseram a ação principal e, pediram a extinção da ação cautelar preparatória, culminando-se na extinção da reconvenção e prejudicando seus pedidos.

Excelência, considerando que os pedidos constantes da reconvenção eram idênticos ao desta ação e, para evitar a caracterização de litispendência, os Requerentes tiveram de aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida naquela ação, motivo pelo tiveram de aguardar tanto tempo, sob pena de caracterização de litispendência.

Ou seja, uma simples ação temerária e protelatória teve o condão de proporcionar um ganho de tempo formidável para os Requeridos, eis que os Requerentes tiveram de respeitar as regras e institutos processuais para interpor a presente ação.

Enquanto aguardavam o desenrolar daquela ação cautelar, para preservar direitos e obrigações, na data de **17/02/2021** os Requerentes enviaram notificação extrajudicial para os Requeridos, solicitando, em breve resumo, que:



“1 - Que as partes indiquem um administrador de comum acordo para administrar a empresa até que seja possível fazer a dissolução e que o sócio Guilherme deixe imediatamente a administração da empresa;

2 - Ou, que a dissolução seja feita imediatamente e cada sócio administre sua cota parte da carteira de clientes, ou seja, 33% (trinta e três por cento) para cada, usando-se a rede e estrutura existente, cuja divisão deverá ser através de sorteio na cumbuca, arcando cada sócio com as suas responsabilidades sociais e débitos decorrentes da sociedade até o momento, bem como seja feita a devida prestação de contas do período administrado exclusivamente pelo senhor Guilherme;

3 – Os Notificantes comprem as cotas do senhor Guilherme (33,33%) e também vendem suas cotas na sociedade (66,66%), tendo como base o valor do faturamento mensal multiplicado por dez (10 X faturamento mensal), cuja forma de pagamento deverá ser a vista, ou também, concordam que a mesma seja vendida para terceiros na mesma base de cálculo;

4 – Independentemente da dissolução da sociedade ou compra e venda das cotas, que a ora Notificada arque com todos os pagamentos das despesas decorrentes da sociedade, em especial as parcelas vencidas e vincendas do financiamento firmado perante o Sicoob/Copermec – Cédula de Crédito Bancário nº 428167.”



Além disso, constou registrado na referida notificação extrajudicial que os Requerentes tomaram conhecimento de que estaria havendo muita reclamação de clientes quanto à prestação de serviços, o que se comprova através dos print's das conversas com o cliente Veredas 2, ora anexados.

Também, constou da notificação que os Requeridos estariam transferindo seus clientes para a empresa concorrente denominada Net Fácil, através de um acordo oculto, onde os clientes são desligados da empresa Wi-Max e habilitados na empresa Net Fácil, o que, conseqüentemente, acabaria com o maior patrimônio da sociedade e, os prejuízos seriam irreparáveis.

Segue anexa referida notificação, porém, referido documento não surtiu qualquer efeito prático, pois os Requeridos não tomaram nenhuma atitude, não apresentaram resposta concreta, apesar de terem dito que iriam resolver a situação amigavelmente.

Ainda, na data de **20/07/2021**, enquanto aguardavam a decisão dos embargos declaratórios interpostos em face da sentença proferida na ação cautelar preparatória, os Requerentes enviaram nova notificação extrajudicial para as Requeridas solicitando prestação de contas, o pagamento das prestações do financiamento perante o Sicoob, bem como propondo a dissolução da sociedade ou venda das cotas entre as partes.

Vale dizer que a decisão dos embargos declaratórios ocorreu na data de 11/08/2021, tendo sido certificado o decurso de prazo em 16/09/2021, conforme documentos anexos.



Porém, Excelência, numa demonstração de indiferença, os Requeridos sequer responderam a esta segunda notificação.

Vale frisar que o Sócio David juntamente com sua esposa e sua outra empresa estão prestes a sofrerem execução em virtude da inadimplência das parcelas do empréstimo tomado junto ao Sicoob/Copermec. Ou seja, os Requeridos usando o dinheiro sem pagar nenhuma prestação ou contraprestação e o sócio David prestes a ser executado judicialmente.

Isso porque, o débito da empresa Nytro perante o Sicoob/Copermec em decorrência do contrato nº 428167 é de **R\$191.261,08**, conforme extrato anexado, sendo certo que o valor que não foi gasto até a data que o sócio Guilherme tomou a empresa para si, foi utilizado para antecipar o pagamento das parcelas vincendas, eis o motivo de ser apenas esse valor em aberto e não a totalidade do empréstimo.

Desde a data de 22/09/2020 os Requeridos não efetuam o pagamento de nenhuma obrigação e simplesmente estão gozando dos rendimentos da empresa. Por outro lado, os Requerentes tiveram que suportar os pagamentos de todas as obrigações assumidas, tais como aluguel da sala, funcionários, contas de luz e água da sala, parcelas de compras que estavam a vencer, contabilidade, dentre outras tantas, e estão inadimplentes com as parcelas do financiamento perante o Sicoob, conforme comprovantes anexados.

Ainda, cabe dizer que o primeiro Requerido está promovendo patrocínio e gastos com implantação de câmeras pela cidade afora num projeto denominado água, sem qualquer consentimento dos demais sócios, ou seja, está gastando o dinheiro de todos sem autorização, sem prestação de contas e, num total desvio de finalidade, conforme print anexo.



Não bastasse isso os Requeridos se encontram na posse de vários equipamentos adquiridos pela sociedade, conforme algumas notas fiscais e print de conversa com o funcionário Elvis em anexo, sem nenhuma contraprestação.

Por derradeiro, os Requerentes tomaram conhecimento de que há bastante tempo estão havendo reclamações de clientes, cita-se como exemplo o condomínio Vereda Tropical e nada está sendo feito para normalizar a prestação do serviço, conforme prints das reclamações anexas.

Contudo, infelizmente, não restando alternativa aos Requerentes, buscam socorro perante o Poder Judiciário.

DO RECONHECIMENTO DA SOCIEDADE DE FATO E DA FUSÃO

Excelência, pela documentação acostada resta evidente a existência da sociedade de fato entre Juliano, David, Guilherme em face das empresas Nytro Net Telecomunicações Eireli e Wi-Max Internet Eirell, motivo pelo qual ao final haverá de ser reconhecida tal sociedade para determinar o devido registro perante os órgãos competentes e imediata dissolução.

Considerando que a empresa Nytro Net foi totalmente encampada pela empresa Wi-Max, inclusive os bens materiais e imateriais, em especial o faturamento, a carteira de clientes, as redes de fibra óptica, estrutura e infraestrutura, investimentos e valor mercadológico, tem-se que deverá ser reconhecida a fusão entre as duas empresas, para, ao final decretar a dissolução, extinção e baixa simultânea, exceto se houver pacto entre as partes em sentido diverso.



Assim, o quadro societário da Requerida Wi-Max deverá ser composto pela Nytro Net na participação de 1% e pelos sócios David, Guilherme e Juliano com a participação de 33% para cada.

Por fim, o sócio Patrick deverá ser excluído da sociedade com a inclusão dos sócios Guilherme, Juliano e David nos quadros societário de ambas as empresas.

DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE DE FATO

De igual modo, salvo engano, não restam dúvidas de que a continuidade da sociedade Wi-Max se tornou impossível em virtude da quebra da *affectio societatis*, motivo pelo qual ao final deverá ser decretada sua dissolução com apuração de haveres e deveres.

DA LIQUIDAÇÃO E APURAÇÃO DE HAVERES E DEVERES

É sabido por todos que após o reconhecimento e a decretação da dissolução da sociedade, segue-se para a liquidação e a partilha do capital, bens, deveres e haveres, respeitando-se o percentual de participação de cada sócio, que, na sociedade tratada neste feito é de 33,33% para cada sócio (Guilherme, David e Juliano), haja vista a fusão que será operada.

Com isso, deverá ser determinada a realização do ativo e o pagamento de todo passivo da sociedade, devendo ficar estabelecido que será permitida a prática de atos exclusivos de pendências obrigacionais correntes, nomeando-se um liquidante para assumir o encargo, bem como determinar a inclusão no nome empresarial da expressão 'em liquidação' (CC, art. 1.103 e parágrafo único).



Após ser realizado o ativo e pago o passivo, o patrimônio líquido remanescente será partilhado entre os sócios, proporcionalmente à participação de cada um no capital social (33,33%), se outra razão não for acordada no decorrer desta ação.

DA TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA

Antes de qualquer coisa, cabe frisar que em virtude da necessidade de ter que se aguardar o trânsito em julgado da sentença proferida nos autos nº 5000871-94.2020.8.13.0166, mais precisamente dos pedidos apresentado na Reconvensão, é que impossibilitou a distribuição da presente ação anteriormente, sob pena de caracterização de litispendência, eis que pedidos idênticos foram feitos naqueles autos e, até que fossem enfrentados seria impossível fazer os mesmos pedidos em ação autônoma, salvo engano, *data vênia*.

Portanto, a demora para distribuir a presente ação está devidamente justificada e não havia o que fazer até que àquela ação fosse decidida.

Assim, considerando que a extinção daquela ação sem análise do mérito dos pedidos reconventionais ocorreu somente em **16/09/2021**, conforme certidão de transcurso *in albis* anexa, tem-se que a demora não pode ser atribuída aos Requerentes.

Feito esse primeiro esclarecimento, Excelência, conforme resta demonstrado através dos documentos que instruem esta inicial, os Requerentes David e Juliano são detentores de 66,66% da sociedade, enquanto Guilherme possui 33,33%.



Assim, de início, verifica-se que não há justificativa para o sócio minoritário ficar na administração exclusiva da sociedade, usando o dinheiro e investimentos de todos e, pior, sem pagar as prestações do financiamento e nem prestar contas da administração.

Na verdade, manter o primeiro Requerido na administração exclusiva da sociedade será o mesmo que premiá-lo pelos atos ilícitos e imorais praticados, eis que o funcionário Elvis bem retrata como ele conseguiu a senha de acesso Full.

Resta inconteste que o sócio Guilherme está administrando a sociedade sem qualquer prestação de contas e não está cumprindo com as obrigações perante terceiros, em especial o pagamento das parcelas do financiamento perante o Sicoob/Copermec, mesmo após ser constituído em mora por duas vezes, através das notificações anexadas.

Além disso, há fortes indícios de que Guilherme está tramando a transferência dos clientes para a empresa concorrente Net Fácil, o que, se realmente ocorrer, acabaria totalmente com qualquer chance de sobrevivência da empresa e decretaria o prejuízo irreparável dos Requerentes, eis que nunca conseguiriam receber suas cotas nem os investimentos que fizeram e, pior, terão de quitar sozinhos o financiamento perante o Sicoob/Copermec.

Não bastasse isso, recentemente os Autores tomaram conhecimento que a qualidade dos serviços prestados está de péssima qualidade, inclusive, o Condomínio Veredas do Lago está entrou em contato com o Requerente Juliano e afirmou que estão pensando em cancelar o contrato, tendo naquela oportunidade repassado para o mesmo algumas conversas internas que ocorreram no grupo WhatsApp, ora anexadas.



Também, basta entrar nas redes sociais dos Requeridos para ver que eles estão fazendo investimentos duvidosos num projeto denominado águia, sem um mínimo de prestação de contas ou tomada de autorização dos Requerentes, o que demonstra enorme risco manter Guilherme na administração da empresa, posto que evidente o desvio de finalidade.

Não se pode perder de vista toda a arquitetura maquiavélica desenvolvida pelo Requerido Guilherme para tomar para si a empresa, o que faz presumir que sua permanência na administração poderá ocasionar lesões de difíceis ou improváveis reparações.

Ainda, cabe ressaltar que apesar de dizer várias vezes e escrever em documentos ora anexados que iria pagar os Requerentes, inclusive ludibriando com reuniões e solicitações de documentos, até o momento Guilherme não demonstrou um mínimo de interesse real de resolver a situação.

Ou seja, resta evidente que a intenção do primeiro Requerido é ficar com a empresa somente para ele e não pagar os Autores nem os débitos da sociedade. Inclusive, prova disso é o débito em aberto perante a Sicoob/Copermec no valor de **R\$191.261,08**, onde o Requerente David e sua esposa, na condição de avalistas, estão prestes a sofrer execução judicial e, o senhor Guilherme permanece indiferente com tamanho problema.

Para a concessão da tutela de urgência, mostra-se necessária a presença dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, como também a inexistência da condição obstativa prevista no seu § 3º, *in verbis*:



"Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão."

Quanto a fumaça do bom direito, resta inquestionável, tendo em vista toda documentação que instrui a presente ação.

Já o perigo da demora está evidenciado na própria narrativa dos fatos, em especial na desídia do Requerido em atender aos pedidos constantes das notificações extrajudiciais, o que seria o mínimo que ele deveria ter feito, uma vez que arbitrariamente todo o sistema, administração e faturamento foram convertidos indevidamente para a empresa Wi-Max.

Há de se ressaltar que o Requerido está se valendo dos recursos financeiros tomados de empréstimo perante o Sicoob/Copermec sem pagar nenhuma parcela.



Além disso, há fortes indícios de que os Requeridos estão planejando, se não tiverem consumado a transferência dos clientes para a empresa Net Fácil, conforme já afirmado na notificação extrajudicial que, sequer foi respondida pelos mesmos.

Diante da prova já constituída, em sede de tutela antecipada, **REQUER:**

1 – Seja determinado o afastamento do primeiro Requerido da administração da segunda Requerida e autorize os Requerentes a assumir a administração através da contratação de um administrador, com prestação de contas mensal em juízo, eis que eles possuem **66,66%** da sociedade, não havendo justificativa para a permanência do mesmo como administrador exclusivo, mesmo detendo somente **33,33%**, não cumprindo com as obrigações da sociedade e ainda se recusando a prestar contas de sua administração;

2 – Ainda, determine que o primeiro Requerido junte aos autos toda movimentação financeira da empresa, carteira de clientes ATIVOS e INATIVOS, relação patrimonial e todos os extratos bancários das contas da segunda Requerida **desde a data de 22/09/2020 até o momento**, sob pena de multa diária que sabiamente Vossa Excelência fixará;

3 – Alternativamente, que Vossa Excelência destitua o primeiro Requerido da administração e nomeie imediatamente um administrador judicial, cuja remuneração deverá ser fixada de acordo com as regras do mercado e arcada pela sociedade;

4 – Seja imposta aos Requeridos e/ou ao novo administrador a imediata obrigação de quitar as parcelas vencidas do financiamento do contrato nº 428167 perante o Sicoob/Copermec, que até o momento



somam o valor de **R\$191.261,08**, sob pena de multa diária que Vossa Excelência entender razoável;

5 – Seja determinado aos Requeridos que se abstenham de praticar qualquer nova parceria ou transferência de clientes ou patrocínio de eventos sem autorização judicial, sob pena de multa diária que Vossa Excelência entender razoável;

6 – Caso o Requerido Guilherme seja mantido na administração da sociedade, que seja imposto ao mesmo à obrigação de prestar contas mensalmente em juízo, bem como promover o depósito dos lucros líquidos da segunda Requerida em juízo, sob pena de multa diária que Vossa Excelência fixar;

7 – Considerando que uma grande parte dos recursos tomados de empréstimo perante o Sicoob/Copermec foi utilizado na construção das redes rurais, que seja então autorizado os Requerentes a assumir a administração de tais redes até o final julgamento, prestando-se contas nos autos;

8 – Por fim, seja imposto aos Requeridos a obrigação de não fazer consistente na abstenção de tomada de qualquer espécie de empréstimo bancário ou particular em nome da sociedade, sob pena de multa diária;

Vale ressaltar que todas as medidas são reversíveis e nenhum prejuízo causará aos Requeridos, apenas evitará maiores prejuízos e garantirá aos Requerentes o recebimento do valor de suas cotas partes, bem como evitará que o primeiro Requerido desapareça com o que resta da sociedade e que cumpra com a obrigação de pagar o financiamento perante o Sicoob/Copermec, além de garantir o ressarcimento dos gastos



desembolsados pelos próprios Requerentes para tentar manter a funcionalidade regular da primeira Requerente.

DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Excelência, a audiência de conciliação será de extrema importância para a resolução do presente conflito, eis que diante de vossa sabedoria e técnica de conduzir o ato, acreditam os Autores que será possível se chegar a um acordo, desde que haja boa-fé de ambas as partes;

Assim, para demonstrar desde logo a boa-fé dos Autores, propõem vender suas cotas partes 2/3 (dois terços), ou comprar a cota parte do Requerido 1/3 (um terço), considerando a regra geral de avaliação do valor mercadológico de uma empresa (10 X FATURAMENTO MENSAL).

DOS PEDIDOS FINAIS

Assim, diante de todo o exposto, **REQUER:**

I – O deferimento dos pedidos de tutelas antecipadas elencados acima;

II – Seja designada audiência de conciliação, intimando-se os Requeridos para comparecimento, sob pena de multa, nos termos do art. 334, § 8º, do CPC e, não havendo composição, conteste a causa no prazo legal sob pena de revelia;

III – Ao final seja reconhecida a sociedade empresarial entre DAVID GOMES DA SILVA, JULIANO PORTO ALVARENGA e GUILHERME ANTÔNIO PEREIRA ROCHA em face das empresas NYTRO NET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – CNPJ: 36.445.230/0001-01 e WI-MAX INTERNET



EIRELI - CNPJ 12.332.948/0001-23, determinando-se os devidos registros perante os órgãos competentes (Jucemg, Receita Federal e Receita Estadual);

IV – Ainda, considerando que a empresa Nytro Net foi totalmente encampada pela empresa Wi-Max, inclusive os bens materiais e imateriais, em especial o faturamento, a carteira de clientes, as redes de fibra óptica, estrutura e infraestrutura, investimentos e valor mercadológico, seja reconhecida a fusão entre as duas empresas, para, ao final decretar a dissolução simultânea, devendo o quadro societário da Requerida Wi-Max ficar consolidado através da Nytro Net com 1% das cotas e os sócios David, Guilherme e Juliano com 33% das cotas cada um.

V – O sócio PATRICK MACIEL DE OLIVEIRA deverá ser substituído no quadro societário da empresa Nytro Net pelos sócios Guilherme, David e Juliano, oficiando-se a Jucemg para as devidas alterações;

VI – Diante da fusão que será operada, ao final, nos termos do art. 1.034 do Código Civil, pede-se que seja decretada a dissolução da sociedade na proporção de 33,3333% para cada sócio, nomeando-se liquidante (art. 1.038, CC), ordenando-se a elaboração do inventário, devendo ser avaliado todo o ativo e passivo da sociedade, devendo ser distribuído os haveres e deveres na mesma proporção para cada parte;

VII – A condenação dos Requeridos nos ônus sucumbenciais, em especial nos honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, tendo por base o valor atualizado da causa;

VIII – Embora já tenha apresentado prova pré-constituída (Art. 320 e 434, CPC), protesta, igualmente, pela produção de prova documental (documentos novos), oitiva de testemunhas oportunamente arroladas,



depoimento pessoal, pericial e demais provas em direito admitidas que se fizerem necessárias;

Dá-se a causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), correspondente ao valor das cotas dos Requerentes (2/3) tendo por base a regra geral de avaliação da empresa (10 X Faturamento mensal da Requerida), nos termos do art. 292, II, CPC.

Nestes termos, pedem deferimento.

Cláudio/MG, 08 de outubro de 2021.

Renato Batista Nogueira

OAB/MG: 99.538

